

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto está sediada na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de construção civil e manutenção industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Aluguel e vendas, inclusive exportação, de estruturas para construção civil em aço e alumínio, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Aluguel, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (c) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.
- (d) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópios, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.

As informações contábeis contidas nessas Demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 09 de fevereiro de 2011.

1.1. Aquisição controle GP Sul

Em 27 de maio de 2011 a Mills adquiriu 100% do capital social votante e total da GP Andaimos Sul Locadora Ltda. ("GP Sul") por R\$5.500 sendo o pagamento efetuado com caixa disponível da Companhia. A GP Sul, constituída em 2009 é uma sociedade limitada, que está localizada em Porto Alegre e que têm por objeto social, a locação de andaimes suspensos mecânicos, andaimes suspensos motorizados e andaimes tubulares.

A aquisição da GP Sul foi registrada de acordo com o CPC 15 (IFRS 3R) considerando o valor justo dos ativos e passivos identificáveis.

Em 30 de setembro de 2011 a avaliação de mercado foi concluída por empresa especializada sendo os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios como segue:

	Valor justo reconhecido na aquisição
	<u>R\$ mil</u>
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	34
Contas a receber de clientes e outras	245
Ativos não circulantes	
Imobilizado	3.312
Passivos circulantes	
Contas a pagar a fornecedores e outras	<u>68</u>
Total dos ativos identificáveis líquidos	3.523
Contrapartida transferida	<u>5.500</u>
Ágio apurado (<i>goodwill</i>)	<u>1.977</u>

Com base no laudo de avaliação a mercado efetuado por empresa especializada, o valor econômico do patrimônio líquido a valor justo da GP Sul é de R\$11.294, logo os peritos concluíram que a expectativa de rentabilidade futura da GP Sul fundamentará o ágio apurado no montante de R\$1.977, não sendo amortizado e sujeito a teste anual de recuperabilidade.

1.2. Incorporação GP Sul

Em 1º de agosto de 2011, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da GP Sul pela Mills, com a absorção do patrimônio líquido da GP Sul pela Mills e consequente extinção da GP Sul. A avaliação do patrimônio líquido e acervo líquido foi realizada com base nos valores patrimoniais na data base de 31 de maio de 2011. Segue abaixo balanço patrimonial incorporado.

<u>ATIVO</u>	1.003
CIRCULANTE	337
Caixa e equivalente de caixa	337
NÃO CIRCULANTE	666
Contas a receber	119
Imobilizado	547
<u>PASSIVO</u>	1.003
CIRCULANTE	97
Fornecedores	28
Obrigações tributárias	42
Salários e encargos	27
PATRIMONIO LÍQUIDO	906
Capital social	100
Resultado	806

As variações patrimoniais ocorridas entre 31 de maio de 2011 e 31 de julho de 2011 foram contabilizadas na Mills.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo (Nota 4 e 27);
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nota 4 e 27);

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

e) Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2. Principais práticas contábeis

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros afins. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(ii) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(iii) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que o Grupo tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são representados por não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. As variações do valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio líquido. Os rendimentos desses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira.

São representados por títulos e valores mobiliários de liquidez imediata junto a instituições financeiras e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI com reconhecimento dos rendimentos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os valores contábeis desses títulos e valores mobiliários, uma vez indexados ao CDI, se aproximam substancialmente de seus valores justos.

(d) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber de clientes, demais contas a receber, depósitos judiciais e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros mensurados ao custo

Os instrumentos de patrimônio que não são cotados em um mercado ativo e cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável são mensurados ao custo e deduzidos de quaisquer perdas por redução no valor recuperável identificadas no encerramento do exercício.

(e) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Com respeito a títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, as perdas por redução ao valor recuperável, anteriormente reconhecidas no resultado, não são revertidas por meio do resultado.

Qualquer aumento no valor justo após uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado na conta “Reserva de reavaliação de investimentos”. Com respeito a títulos da dívida disponíveis para venda, as perdas por redução ao valor recuperável são subsequentemente revertidas por meio do resultado se um aumento no valor justo do investimento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; ou (ii) faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e suas controladas e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; ou (iii) é um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

(b) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

(a) Atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de “hedge” de fluxo de caixa.

(b) Hedge de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justos são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de hedge atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de hedge e no item objeto de hedge atribuível ao risco de hedge são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

A contabilização do hedge é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela relação de *hedge*, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*, o ajuste ao valor justo do item objeto de “*hedge*”, oriundo do risco de “*hedge*” é registrado no resultado a partir dessa data.

(c) Hedge de fluxo de caixa

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização das operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva, quando a operação protegida por hedge prevista resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo ativos imobilizados), previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo imobilizado. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no resultado do exercício pela depreciação dos ativos imobilizados.

O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 27.

(vi) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para devedores duvidosos). A provisão para devedores duvidosos é constituída quando há evidência objetiva que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber. Tal provisão é calculada com base na análise de risco de créditos, que contempla a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos.

(vii) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

(viii) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei nº 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei nº 6.404/76, antes das alterações da Lei nº 11.638/07.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

(ix) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (Nota 18).

(x) Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional

Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas das empresas, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem.

O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações.

São avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas. Custo histórico inclui gastos diretamente atribuídos à aquisição dos bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na Nota 11, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(xi) Intangíveis

Programas de computador (Software)

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos (Nota 11). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(xii) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(xiii) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(xiv) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xv) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (Nota 18). A administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato.

(xvi) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor de participação de resultados distribuído é de 25% do Valor Econômico Agregado (Vide nota explicativa 16).

(xvii) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece a empregados e executivos plano de remuneração com base em opções de ações, convertidas em ações ordinárias da Companhia, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

(xviii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras.

(xix) Arrendamento mercantil

A Companhia efetua arrendamento de certos itens do ativo imobilizado. Arrendamento de itens do imobilizado onde a Companhia retém de forma substancial todos os riscos e benefícios da propriedade de tais ativos são classificados como arrendamento financeiro.

No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente do pagamento das parcelas do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

O saldo da conta Arrendamento financeiro, apresentado nos passivos circulante e não circulante, refere-se às parcelas restantes a pagar dos contratos de arrendamento mercantil.

(xx) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

(xxi) Capital Social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando da venda ou reemissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são transferidos para ou dos lucros acumulados.

(xxii) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(xxiii) Reconhecimento de receita

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

A receita de locação é reconhecida *pró-rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Desta forma a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas e indenizações/ recuperações de despesa.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

(xxiv) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(xxv) Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10) na data de aquisição; e
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa Norma.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e os passivos assumidos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa da Companhia, que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

2.3. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

As IFRSs novas e revisadas a seguir foram também adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

(i) Modificações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010)

As modificações à IAS 1 esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido, a Companhia optou por continuar apresentando essas informações como uma demonstração em separado.

(ii) IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC 05 - R1)

IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) IAS 24 (revisada em 2009) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e (b) IAS 24 (revisada em 2009) alterou a definição de parte relacionada. A Companhia e suas controladas não são entidades governamentais. A adoção da definição revisada de parte relacionada de acordo com a IAS 24 (revisada em 2009) no exercício corrente permite a identificação de partes relacionadas não identificadas como tal de acordo com a norma anterior.

As divulgações de partes relacionadas da Companhia já contemplam essas alterações uma vez que já consideram o CPC 5 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas às demonstrações financeiras.

IFRSs novas e revisadas que afetam o desempenho financeiro e/ou a posição patrimonial e financeira reportada

(i) Modificações à IFRS 3 Combinações de Negócios

Como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010, a IFRS 3 foi alterada a fim de esclarecer que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de participações minoritárias que representem participações minoritárias atuais que dêem a seus detentores direito a participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação.

Todos os demais tipos de participações minoritárias são avaliadas ao valor justo na data da aquisição, a menos que outras Normas exijam que uma outra base de avaliação seja utilizada. Além disso, a IFRS 3 foi modificada para fornecer maiores orientações acerca da contabilização da compensação com base em ações detidas pelos empregados da adquirida. Especificamente, as modificações determinam que as transações de pagamentos baseados em ações da adquirida que não são substituídas devem ser mensuradas de acordo com a IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações (equivalente ao CPC 10(R1)) na data de aquisição (“mensuração baseada no mercado”).

A adoção dessa modificação, não afetou a Companhia, uma vez que a GP Sul(empresa adquirida neste exercício, vide Nota 1), não possuía participações minoritárias, nem oferecia pagamento baseado em ações a seus funcionários.

(iii) Modificações à IAS 32 Classificação de Direitos

As alterações tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros. De acordo com as modificações, os direitos, as opções ou bônus emitidos por uma entidade para que os titulares possam adquirir uma quantidade fixa de instrumentos patrimoniais da entidade por um valor fixo em qualquer moeda são classificados como instrumentos patrimoniais nas demonstrações financeiras da entidade desde que a oferta seja realizada proporcionalmente para todos os titulares existentes da mesma classe de instrumentos patrimoniais não-derivativos. Anteriormente às modificações à IAS 32, os direitos, as opções ou bônus para a aquisição de uma quantidade fixa de instrumentos patrimoniais de uma entidade por um valor fixo em moeda estrangeira foram classificados como derivativos. As modificações exigem adoção retrospectiva. A adoção das modificações não afetou os valores reportados nos exercícios corrente e anterior uma vez que a Companhia não emitiu instrumentos dessa natureza.

(iv) Modificações à IFRIC 14 Pagamentos Antecipado de Exigência Mínima de Financiamento

As modificações determinam quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58; como as exigências mínimas de financiamento podem afetar a disponibilidade das reduções de contribuições futuras e quando as exigências mínimas de financiamento podem resultar em um passivo. Com as modificações, a norma passou a permitir o reconhecimento de um ativo na forma de pagamento antecipado de exigências mínimas de financiamento. A aplicação das modificações não terá efeito material sobre as demonstrações financeiras.

(v) IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais

A Interpretação fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais. Especificamente, de acordo com a IFRIC 19, os instrumentos patrimoniais emitidos de acordo com tal transação serão mensurados ao valor justo, e qualquer diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o pagamento efetivo dos instrumentos patrimoniais emitidos será reconhecida no resultado. A adoção da IFRIC 19 não afetou os valores reportados nos exercícios corrente e anterior uma vez que a Companhia não realizou transações dessa natureza.

2.4. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Modificações à IFRS 7 Divulgações	Transferências de Ativos Financeiros (1)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (2)
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas (2)
IFRS 11	Acordos de Participação
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades (2)
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo (2)
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3)
Modificações à IAS 12	Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes (4)
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados (2)
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas (2)
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e Joint Ventures (2)

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1o de julho de 2011.
(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2013.
(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1o de julho de 2012.
(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2012.

- As modificações à IFRS 7 aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua restando um certo nível de exposição no ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.

A Companhia não espera que essas modificações à IFRS 7 tenham um efeito significativo sobre suas divulgações com relação às transferências de recebíveis anteriormente afetados. No entanto, caso a Companhia realize outros tipos de transferências de ativos financeiros no futuro, as divulgações relativas a tais transferências poderão ser afetadas.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada nas demonstrações financeiras da Companhia para o período anual com início em 1º de janeiro de 2013 e que a adoção da nova Norma não tenham um efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos ativos e passivos financeiros. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

As principais exigências dessas cinco normas estão descritas a seguir:

- A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 Consolidação – Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos.
- A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores foi retirada com a emissão da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Por outro lado, de acordo com a IAS 31, existem três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto.

Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.

- A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

Essas cinco normas são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração espera que essas cinco normas sejam adotadas nas demonstrações financeiras da Companhia no período anual iniciado em 1º de janeiro de 2013, porém não espera efeitos significativos.

- A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não-financeiros, para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. Por exemplo, divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigida para instrumentos financeiros somente de acordo com a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, serão complementadas pela IFRS 13 de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo.

A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013

A administração espera que a IFRS 13 seja adotada nas demonstrações financeiras da Companhia no período anual iniciado em 1º de janeiro de 2013 e a adoção dessa nova norma poderá resultar em montantes reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

- As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

As modificações à IAS 1 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012. A apresentação dos itens de outro resultado abrangente será modificada apropriadamente na medida em que as modificações são adotadas nos períodos contábeis futuros.

- As modificações à IAS 12 apresentam uma exceção aos princípios gerais da IAS 12 no sentido de que a mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos devem refletir os efeitos fiscais resultantes da maneira na qual a entidade espera recuperar o valor contábil de um ativo. Especificamente, de acordo com as modificações, espera-se que as propriedades para investimento mensuradas com base no modelo de valor justo de acordo com a IAS 40 Propriedade para Investimento sejam recuperadas através de venda para fins de mensuração dos impostos diferidos, a menos que a premissa seja invalidada em determinadas circunstâncias.

As modificações à IAS 12 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. A administração da Companhia ainda não efetuou uma análise detalhada do impacto da aplicação dessas Normas, porém não espera efeitos relevantes.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.2 Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 16.

3.3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros tais como, *stock option*, títulos e valores mobiliários e instrumentos de hedge, apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 40 fornece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

3.5. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa 11, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício corrente a Administração estabeleceu que a vida útil de 10 anos, a qual sempre foi adotada por nós, representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantida para nossos equipamentos no exercício de 2011.

3.7. Reconhecimento de Receita

A receita da divisão serviços industriais, pela prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Diretoria financeira estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(i) Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

Risco	Instrumento/operação	Descrição	Cenário I (provável)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Taxa de juros	Dívida				
	BNDES - TJLP	Acréscimo no indicador	22.134	22.138	22.142
	Leasing - CDI	Acréscimo no indicador	52.159	53.607	55.058
	Capital de giro - CDI	Acréscimo no indicador	34.889	35.023	35.155
	Debêntures	Acréscimo no indicador	276.598	297.783	318.849
	Notas promissórias	Acréscimo no indicador	27.210	27.885	28.561
		Total	412.990	436.436	459.765
		Variação		6%	11%
	Efeito acumulado no resultado e patrimônio líquido		-	23.447	46.776
Risco	Instrumento/operação	Descrição			
Taxa de câmbio (USD)	Compromissos comerciais* NDF	Acréscimo na taxa de câmbio	(69.253)	(86.566)	(103.879)
		Acréscimo na taxa de câmbio	1.295	18.608	35.921
		Total	(67.958)	(67.958)	(67.958)
		Variação		0%	0%
	Efeito acumulado no patrimônio líquido				
Risco	Instrumento/operação	Descrição			
Taxa de câmbio (EURO)	Compromissos comerciais* NDF	Acréscimo na taxa de câmbio	(206)	(257)	(308)
		Acréscimo na taxa de câmbio	(0)	51	102
		Total	(206)	(206)	(206)
		Variação		0%	0%
	Efeito acumulado no patrimônio líquido		-	-	-

* Os contratos de swaps são firmados para troca de 100% do risco da moeda estrangeira (USD) para moeda nacional (R\$).

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Referência	Cenário I manutenção da taxa	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (%) (i)	11,00%	13,75%	16,50%
TJLP (%) (ii)	6,00%	7,50%	9,00%
US\$ (%) (iii)	1,88	2,34	2,81
Euro (%) (iv)	2,43	3,04	3,65

- (i) Como relação ao risco de juros, a administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros a manutenção da taxa Selic, consequentemente da taxa CDI, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (ii) Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP para os próximos três meses, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (iii) e (iv) A administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a manutenção da taxa de câmbio para os próximos três meses e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre das futuras importações de equipamentos, principalmente manipuladores telescópicos e formas.

A Companhia tem como política eliminar 100% do risco de caixa relacionado com a variação cambial, de forma conservadora, uma vez que todas as suas receitas são auferidas em Reais. Para este fim, a Companhia celebra contratos de swap com instituições financeiras com fins de hedge. Todos esses contratos prevêem a simples troca de índices por meio da qual a instituição financeira assume o risco cambial e a Companhia, em contrapartida, se obriga a pagar uma taxa de juros sobre o valor nominal (correspondente ao valor original do passivo em moeda estrangeira).

(ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia é denominado em Reais, sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Como política de gestão a Companhia não adota a utilização de nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros. Esse é um risco de mercado devido a condições macro econômicas e regulatórias inerente a todas as companhias que atuam no Brasil.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e hedge. Com base nesses cenários a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros na nota 27 (b.4).

4.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

(i) Contas a receber

A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e serviços devidos por seus clientes, por períodos vencidos que variam, normalmente, de 30 a 45 dias, com prazo de recebimento, em média, de 50 dias. Desta forma, está sujeita ao risco de inadimplência com relação ao contas a receber. Os índices de inadimplência são relativamente baixos, o que pode ser atribuído ao longo histórico de relacionamento com clientes. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando, entende que há risco de não recebimento dos valores devidos.

A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela gerência financeira da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA); (iv) controlador majoritário e; (v) pendências e protestos no Serasa. A Companhia não adota a prática de obter dos seus clientes garantias financeiras para gerenciamento de risco de créditos.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas.

A Companhia tem como política utilizar somente instituições financeiras de primeira linha classificadas como "*investment grade*". A administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

4.4. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e Financiamentos	16.293	33.367	10.104	8.317
Notas promissórias	30.620	-	-	-
Debêntures	33.677	35.692	320.552	-
Obrigações com arrendamento financeiro	27.471	21.876	12.047	-
Instrumentos financeiros derivativos	(2.841)			
Fornecedores	36.232			
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos e Financiamentos	21.924	20.916	22.640	9.182
Obrigações com arrendamento financeiro	28.460	25.477	37.737	
Instrumentos financeiros derivativos	5.924	385		
Fornecedores	32.743			

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

4.5. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

(i) Contas a receber

A qualidade do crédito dos valores a receber de clientes é verificada com base em informações históricas e na capacidade financeira de pagamento.

<u>Risco de não recebimento</u>	<u>Nível</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Muito Baixo	1	65.371	81.464
Baixo	2	71.550	37.795
Moderado	3	<u>25.947</u>	<u>16.573</u>
Total		<u>162.868</u>	<u>135.832</u>

- (1) Risco muito baixo - Nível 1: clientes com ótima capacidade financeira (faturamento médio acima de R\$100 milhões) de pagamento e com grande histórico de negócios com a Companhia (+ de 05 anos).
- (2) Risco Baixo - Nível 2: clientes com boa capacidade financeira (faturamento médio entre R\$20 e 100 milhões) e com médio histórico de negócios com a companhia (de 01 a 05 anos).
- (3) Risco Moderado - nível 3: clientes com razoável capacidade financeira (faturamento médio até R\$20 milhões) de pagamento e com médio histórico de negócios com a companhia (de 01 a 05 anos.).

(ii) Bancos e títulos e valores mobiliários

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Conta corrente		
Banco (1)	6.729	5.611
Banco (2)	<u>44</u>	<u>306</u>
Total	<u>6.773</u>	<u>5.917</u>
Aplicações		
Equivalente de caixa Banco (1)	<u>-</u>	<u>136.146</u>
Aplicações financeiras Banco (1)	<u>28.048</u>	<u>-</u>
Total	<u>28.048</u>	<u>136.146</u>
Disponibilidade total	<u>34.821</u>	<u>142.062</u>

(1) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e com Grau de Investimento.

(2) Instituições financeiras com boa atuação no Brasil mas sem grau de Investimento.

5. GESTÃO DE CAPITAL

O objetivo em gerir a estrutura de capital desejável da companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral do grupo permanece inalterada desde 2010.

Visando a manutenção ou o ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão. Além disso, a companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o EBITDA acumulado dos últimos 12 meses e o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais).

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Dívida bancária total	<u>412.990</u>	<u>132.623</u>
Financiamentos	<u>84.233</u>	<u>46.698</u>
Arrendamento Mercantil	<u>52.159</u>	<u>85.925</u>
Debêntures	<u>276.598</u>	<u>-</u>
Caixa equivalente de caixa e aplicações financeiras	<u>35.179</u>	<u>142.338</u>
Endividamento líquido	<u>377.811</u>	<u>(9.715)</u>
EBITDA	<u>238.156</u>	<u>194.523</u>
Endividamento líquido / EBITDA *	<u>1,59</u>	<u>-</u>

- * O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia observando as disposições do Ofício Circular CVM nº 01/2007, quando aplicável. O EBITDA é calculado a partir do lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de bens de uso e equipamentos de locação e da amortização do intangível. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou no, IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Informação não sujeita a exame dos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras totais eram superiores a dívida bancária, desta forma os indicadores Endividamento Líquido/ EBITDA e Dívida Bancária CP Líquida/Dívida Bancária não se aplicam.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa	358	275
Equivalentes de caixa	<u>34.821</u>	<u>5.917</u>
	<u>35.179</u>	<u>6.192</u>

O saldo registrado em bancos refere-se aos recursos derivados da emissão de notas promissórias em dezembro de 2011 e não há nenhuma restrição quanto a sua utilização.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2010 referiam-se, basicamente, a operações junto aos Bancos Santander e Votorantim e eram derivadas das captações efetuadas quando da abertura do capital (IPO), os rendimentos dessas operações foi de R\$4.812 em dezembro de 2010. O saldo da conta foi totalmente utilizado no ano de 2011 com aquisição do investimento na Rohr e outros investimentos da Companhia.

8. CONTAS A RECEBER

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Divisão construção	40.934	47.960
Divisão Jahu	31.844	19.143
Divisão manutenção e montagem	49.755	45.550
Divisão aluguel (Mills Rental)	34.708	16.616
Eventos (**)	5.627	6.563
	<u>162.868</u>	<u>135.832</u>
Provisão para devedores duvidosos (*)	<u>(20.646)</u>	<u>(9.293)</u>
	<u>142.222</u>	<u>126.539</u>
Ajuste valor presente	<u>(472)</u>	<u>(622)</u>
	<u>141.750</u>	<u>125.917</u>
Circulante	<u>139.142</u>	<u>122.136</u>
Não circulante	<u>2.608</u>	<u>3.781</u>

(*) A provisão para devedores duvidosos do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes.

(**) Valor a receber pela venda do imobilizado da divisão eventos que foi descontinuada em 2008.

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Em 1º de janeiro	9.293	7.767
Provisão para receber devedores duvidosos	11.392	1.807
Valores recebidos	(39)	(28)
Outros	=	<u>(253)</u>
Em 31 de dezembro	<u>20.646</u>	<u>9.293</u>

Em 31 de dezembro de 2011, contas a receber de clientes no total de R\$20.646 (2010 - R\$9.293) estavam provisionadas. O aumento no montante desta provisão refere-se principalmente ao provisionamento do saldo a receber de dois clientes específicos que durante o exercício de 2011 apresentaram dificuldades em cumprir com suas obrigações.

Em dezembro a Companhia entrou em acordo para recebimento de parte dessa dívida no montante de R\$3.300. A reversão da provisão ocorrerá a medida do recebimento da dívida.

A Mills possui contas a receber correspondente aos bens da Divisão de Eventos, cujas atividades foram descontinuadas. Parte dos bens foi vendida ao longo de 2008 e 2009, através de contrato firmado de compra e venda de bens móveis com reserva de domínio celebrado em 18 de fevereiro de 2009. O valor da venda será recebido no período máximo de 8 anos, sendo as parcelas reajustadas de acordo com a variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31.12.2011, o ativo está ajustado a valor presente e a administração, com base nas garantias reais previstas em contrato, considera que o mesmo será realizado integralmente até o vencimento da última parcela.

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes. A Companhia não possui concentração de cliente em sua receita e contas a receber, não possuindo nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais de seu contas a receber em nenhum de seus segmentos.

A análise de vencimentos das contas a receber está demonstrada a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
A vencer	95.364	78.207
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	14.330	16.283
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	20.743	22.448
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	10.675	4.481
Vencidos acima de 120 dias (*)	<u>21.756</u>	<u>14.413</u>
Total	<u>162.868</u>	<u>135.832</u>

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

A análise de vencimentos das contas a receber vencidas mas não provisionadas está demonstrada a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Vencidos de 1 a 60 dias	20.681	22.359
Vencidos de 61 a 120 dias	8.731	3.454
Vencidos acima de 120 dias	<u>3.115</u>	<u>6.236</u>
Total	<u>32.528</u>	<u>32.049</u>

Em 31 de dezembro de 2011 o contas a receber de clientes no valor de R\$32.528 (2010 - R\$32.049) encontra-se vencido, mas, para o qual não foi registrada provisão para devedores duvidosos. O valor de R\$20.681 refere-se aos títulos vencidos até 60 dias que não atendem aos critérios de provisão estabelecidos pela Companhia e o restante do saldo refere-se a uma série de clientes independentes que não tem histórico recente de inadimplência.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
PIS e COFINS a compensar (*)	48.506	18.747
IRPJ e CSLL a compensar	606	6.647
ICMS a compensar	2.051	934
Outros	<u>2.465</u>	<u>3.772</u>
	<u>53.628</u>	<u>30.100</u>
Circulante	<u>22.051</u>	<u>26.157</u>
Não circulante	<u>31.577</u>	<u>3.943</u>

(*) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado e os mesmos serão compensados com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos e a expectativa é que sejam realizados até 2015.

Desde dezembro de 2009 a Companhia utilizava na apuração e pagamento do PIS/COFINS os créditos decorrentes da aquisição de ativo imobilizado para locação à razão de 1/12 avos. Devido a interpretações diversas do artigo 1º da Lei 11.774/08 no que tange a possibilidade do aproveitamento acelerado dos referidos créditos para a atividade de locação de bens móveis, a Companhia decidiu formular consulta à Receita Federal do Brasil a fim de certificar-se do procedimento até então adotado. A resposta obtida no mês de julho de 2011 dispõe que a atividade de locação não estava inserida no contexto descrito em tal dispositivo legal e, desta forma a Companhia não faria jus ao aproveitamento do crédito a razão de 1/12 avos. Diante deste fato, a Companhia prontamente modificou a metodologia de cálculo dos créditos de PIS e COFINS de 1/12 avos para 1/48 avos e, efetuou o recolhimento dos tributos, teoricamente postecipados, no total de R\$25.548 com todos os encargos devidos. Tal pagamento foi registrado em contrapartida a conta de tributos a recuperar a fim de ser utilizado futuramente a razão de 1/48 avos. A Companhia por não concordar com a interpretação da Receita Federal impetrou mandado de segurança a fim de continuar a utilizar os créditos à razão de 1/12 avos, e aguarda tal decisão.

10. INVESTIMENTO

a) Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A Estruturas Tubulares (“Rohr”), por R\$90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

A Companhia avaliou a sua influência sobre a administração da Rohr e concluiu que apesar de deter 25% do capital da investida, tal investimento deve ser registrado pelo custo de aquisição pelos seguintes fatos: a Mills não tem poder de participar na elaboração e nas decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas da Rohr, não controlando de forma individual ou conjunta essas políticas e não possuindo representatividade na Administração da investida. Adicionalmente, não existe acordo de acionistas que possa conferir a Mills o direito de ter influência na Administração da investida. Com base nesses fatores, a Companhia concluiu que não possui influência significativa na investida e manterá o investimento registrado pelo custo de aquisição.

Em maio de 2011, a Companhia recebeu R\$2.035 (líquido de Impostos) de Juros sobre Capital Próprio e dividendos relativo ao investimento na Rohr. Tal valor foi registrado reduzindo o valor do investimento por se tratar de valores recebidos logo após a aquisição das ações da investida.

Em dezembro de 2011 a Mills recebeu R\$573 (líquido de impostos) de juros sobre capital próprio referente ao ano de 2007. Tal valor foi registrado reduzindo o valor do investimento, por se tratar de dividendos oriundos de lucros ou reservas já existentes na data da compra das ações. Adicionalmente a Companhia recebeu dividendos extraordinários no valor de R\$1.346 referentes ao exercício de 2011 que foram registrados como receita no resultado.

No quarto trimestre de 2011 houve aumento da participação na Rohr S.A. Estrutura Tubulares (Rohr) de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

b) Perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício, a Companhia fez a revisão do valor recuperável do investimento aplicado na Rohr S.A através de laudo de empresa especializada. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do valor de mercado da Rohr, pela abordagem de renda, através de projeção de fluxo de caixa descontado, para fins de fundamentação do valor pago. A taxa de desconto usada para mensurar o valor recuperável foi em torno de 12 % a.a. A administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave na qual o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil do investimento a exceder o seu valor recuperável.

11. IMOBILIZADO

	Equipamento de locação e uso operacional	Leasing	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação	Benfeitorias propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total bens uso próprio	Total do imobilizado
Custo do imobilizado bruto													
Saldos em 31 de dezembro de 2009	285.259	90.155	9.187	384.601	4.589	8.433	4.878	774	584	3.571	653	23.482	408.083
Aquisição	162.956	4.147	147.707	314.810	2.340		1.974	472	505	1.102	4.817	11.210	326.020
Alienação	(9.039)	(430)		(9.469)	(52)		(12)	(349)		(1)		(414)	(9.883)
Transferências	92.150	7.010	(99.199)	(39)	33							33	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	531.326	100.882	57.695	689.903	6.910	8.433	6.840	897	1.089	4.672	5.470	34.311	724.214
Depreciação acumulada													
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(109.581)	(13.847)		(123.428)	(1.358)	(674)	(3.406)	(328)	(469)	(2.432)		(8.667)	(132.095)
Depreciação	(35.128)	(9.778)		(44.906)	(512)	(100)	(630)	(214)	(32)	(213)		(1.701)	(46.607)
Alienação	5.286	65		5.351	52		2	251		1		306	5.657
Transferências	5			5									5
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(139.418)	(23.560)		(162.978)	(1.818)	(774)	(4.034)	(291)	(501)	(2.644)		(10.062)	(173.040)
Taxas anuais de depreciações - %	10	10			10	4	20	20	10	10			
Imobilizado líquido													
Saldo em 31 de dezembro de 2009	175.678	76.308	9.187	261.173	3.231	7.759	1.472	446	115	1.139	653	14.815	275.988
Saldo em 31 de dezembro de 2010	391.908	77.322	57.695	526.925	5.092	7.659	2.806	606	588	2.028	5.470	24.249	551.174

	Equipamento de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total Equipamentos de locação	Benfeitorias propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total bens uso próprio	Total do imobilizado
Custo do imobilizado bruto												
Saldos em 31 de dezembro de 2010	632.208	57.695	689.903	6.910	8.433	6.840	897	1.089	4.672	5.470	34.311	724.214
Aquisição p/incorporação GP Sul	2.751	-	2.751	-	-	-	-	-	6	-	6	2.757
Aquisição	234.580	180.814	415.394	3.043	2.616	1.700	269	108	1.467	6.126	15.329	430.723
Baixa	(19.135)	-	(19.035)	-	-	(14)	(215)	-	-	-	(229)	(19.364)
Ajuste para crédito Pis e Cofins	(29.519)	-	(29.519)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.519)
Transferências	181.006	(181.006)	-									
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.001.891	57.503	1.059.394	9.953	11.049	8.526	951	1.197	6.145	11.596	49.417	1.108.811
Depreciação acumulada												
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(162.978)	-	(162.978)	(1.818)	(774)	(4.034)	(291)	(501)	(2.644)	-	(10.062)	(173.040)
Depreciação	(73.033)	-	(73.033)	(802)	(110)	(971)	(189)	(68)	(336)	-	(2.476)	(75.509)
Baixa	12.462	-	12.462	-	-	6	156	-	-	-	162	12.624
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(223.549)	-	(223.549)	(2.620)	(884)	(4.999)	(324)	(569)	(2.980)	-	(12.376)	(235.925)
Taxas anuais de depreciações - %	10			10	4	20	20	10	10			
Resumo Imobilizado líquido												
Saldo em 31 de dezembro de 2010	469.230	57.695	526.925	5.092	7.659	2.806	606	588	2.028	5.470	24.249	551.174
Saldo em 31 de dezembro de 2011	778.342	57.503	835.845	7.333	10.165	3.527	627	628	3.165	11.596	37.041	872.886

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso (Tubos Mills e Elite), formas (Formas Noe e Aluma), escoramentos (MillsTour e Aluma), plataformas aéreas (JLG e Genie) e manipuladores telescópicos.

Abaixo destacamos as principais aquisições no ano por grupamento:

	<u>R\$</u>
Escoramentos	126.887
Plataformas	113.026
Formas de concretagem reutilizáveis	71.717
Andaime suspenso e estruturas de acesso	55.522
Manipuladores	43.903
Outros	<u>19.668</u>
Total de aquisições	<u>430.723</u>

A depreciação do período, alocada ao custo de produção e de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de dezembro de 2011 a R\$73.033e R\$2.476 (31 de dezembro de 2010 R\$44.898 e R\$1.717), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 13).

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Revisão da vida útil estimada

Para fins dessa revisão, a Companhia, com base na avaliação dos responsáveis técnicos, emitiu laudo interno de avaliação datado de 29 de dezembro de 2011, aprovado em Reunião de Diretoria. Em 2010, a Companhia contratou avaliadores independentes que emitiram laudo de avaliação datado de 4 de fevereiro de 2011. Para a elaboração dos respectivos laudos, os responsáveis técnicos e os avaliadores independentes, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado do grupo de equipamentos de locação em relação a apurada no laudo de fevereiro de 2011 e que está em linha com as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia, portanto não houve alteração na taxa de depreciação para o exercício de 2011.

A Companhia avaliou que não houve eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil de tais ativos pode não ser recuperável.

12. INTANGÍVEL

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Ágio em investimentos</u>	<u>Total intangível</u>
Custo do intangível bruto				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>6.075</u>	<u>63</u>	<u>42.317</u>	<u>48.455</u>
Ágio GP Sul	-	-	1.977	1.977
Aquisição	2.611	-	-	2.611
Baixa	(1)	-	-	(1)
Reclassificação	<u>(315)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(315)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>8.370</u>	<u>63</u>	<u>44.294</u>	<u>52.727</u>
Amortização acumulada				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>(2.318)</u>	<u>(10)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(6.560)</u>
Amortização	(679)	-	-	(679)
Baixa	-	-	-	-
Transferência	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>(2.997)</u>	<u>(10)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(7.239)</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	10		
<u>Resumo Intangível líquido</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.757	53	38.085	41.895
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.373	53	40.062	45.488

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu ocorrida em 2008 e da aquisição da GP Sul ocorrida em 2011 (Nota1) e os mesmos estão sendo considerados como um segmento de negócio e uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável da UGC Jahu foi determinado com base no fluxo de caixa real deste segmento em 2011, antes do imposto de renda e da contribuição social, projetados para um período de dez anos, período ao longo do qual a Companhia projetou fluxos de caixa com base em previsões financeiras aprovadas pela Administração, considerando uma taxa de desconto em torno de 12% a.a. e sem considerar nenhuma taxa de crescimento. Não foi identificada necessidade de reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperável do ágio.

O valor recuperável da UGC GP Sul foi determinado com base em laudo a valor de mercado emitido por empresa especialista em agosto de 2011.

Durante o exercício, a Companhia fez a revisão do valor recuperável do ágio alocado na GP Andaimes Sul Locadora LTDA. através de laudo de empresa especialista. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do valor de mercado da GP Sul, pela abordagem de renda, através de projeção de fluxo de caixa descontado, para fins de fundamentação do valor pago. A taxa de desconto usada para mensurar o valor recuperável foi em torno de 12 % a.a.

A administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Os empréstimos foram usados para aquisição de equipamentos sendo indexados ao CDI ou a TJLP.

Os empréstimos indexados ao CDI foram acrescidos de 1,1% a 4,5% ao ano e com amortização de principal e juros em bases mensais.

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 0,2% a 7,0% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

Notas promissórias

Em 7 de dezembro de 2011 foram emitidas, pela Companhia série única de 3(três) notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de R\$9.000, perfazendo um montante de R\$27.000 com vencimento em 1º de dezembro de 2012. Sobre o valor nominal unitário das notas comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs, adicionado 1,10% ao ano. A remuneração será integralmente paga na data de vencimento.

Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiros são apresentados a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	39.214	19.034
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>26.068</u>	<u>27.664</u>
	<u>65.282</u>	<u>46.698</u>
Não circulante:		
Empréstimos bancários	45.019	40.645
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>26.091</u>	<u>45.280</u>
Total	<u>71.110</u>	<u>85.925</u>

Empréstimos e financiamentos

	<u>Passivo circulante</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Financiamentos com instituições financeiras:		
Indexados ao CDI acrescidos de 1,1% a 4,5% de juros ao ano	35.553	17.030
Indexados a TJLP acrescidos de 0,2% a 7,0% de juros ao ano	<u>3.661</u>	<u>2.004</u>
	<u>39.214</u>	<u>19.034</u>
	<u>Passivo não circulante</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Financiamentos com instituições financeiras:		
Indexados ao CDI acrescidos de 1,1% a 4,5% de juros ao ano	26.545	24.878
Indexadas a TJLP acrescidos de 0,2% a 7,0% de juros ao ano	<u>18.474</u>	<u>15.767</u>
	<u>45.019</u>	<u>40.645</u>

As instituições financeiras com as quais a companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011 são:

- Santander
- Banco do Brasil
- Banco Fibra
- Bradesco
- Itaú Unibanco

A Companhia celebrou, em 27 de maio de 2011, o contrato de empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A, Sucursal Nassau, no valor de U\$15,8 milhões (equivalente a R\$25,4 milhões). A liquidação do empréstimo será realizada em uma única parcela, no vencimento, em 28 de maio de 2013 e o pagamento dos juros acontecerá semestralmente. Com o objetivo de anular o risco da variação cambial deste empréstimo, foi contratado com o Banco Itaú BBA S.A, na mesma data do empréstimo, um instrumento financeiro (*swap*) no montante de R\$25,4 milhões para que todas as obrigações (principal e juros) sejam integralmente convertidas para moeda local e realizadas nas mesmas datas dos respectivos vencimentos.

O contrato apresenta *covenants* financeiros, a saber:

- (i) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3 (três); e,
- (ii) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida que deverá ser igual ou superior a 2 (dois)

Desta forma, os instrumentos financeiros e seus respectivos encargos são considerados no balanço patrimonial e no resultado da Companhia, como um único instrumento financeiro, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos a que este fluxo de caixa estará exposto.

Segue abaixo composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Garantias concedidas:		
Caução de duplicatas		1.416
Recebíveis	3.684	6.683
Penhor	2.106	2.106
Alienação fiduciária (*)	<u>121.302</u>	<u>121.696</u>
Total das garantias reais	<u>127.092</u>	<u>131.901</u>
Notas promissórias	91.751	96.891

* Refere-se a equipamentos adquiridos através de FINAME e arrendamento.

As notas promissórias são garantias executáveis e servem como garantias adicionais com relação aos empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas do não circulante em 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados abaixo:

2013	29.984
2014	3.394
2015	2.436
2016	2.116
2017	2.116
2018 a 2021	<u>4.973</u>
	<u>45.019</u>

Covenants

Contrato de financiamento firmado com o Banco Itaú estabelece limites para determinados indicadores ligados à capacidade de endividamento e de pagamentos de juros como demonstrado abaixo:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3 (três); e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida que deverá ser igual ou superior a 2 (dois).

No fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 todos os índices estão sendo cumpridos.

Arrendamento financeiro

Refere-se, substancialmente, a contratos para a compra de imobilizado de locação com prazos entre 36 e 60 meses, com vencimentos até 2015 e indexados ao CDI acrescidos de 1,0% a 4,5% ao ano. Essa obrigação está garantida pelos próprios bens arrendados. Não estão sendo apresentados os fluxos de caixa de pagamento não descontado da dívida, pois os pagamentos são calculados de forma postecipada de acordo com a variação do CDI.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
2011	-	27.664
2012	26068	22.122
2013	18.490	16.227
2014	7.386	6.731
2015	<u>215</u>	<u>200</u>
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	52.159	72.944
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	52.159	72.944
Menos parcela de curto prazo	<u>26.068</u>	<u>27.664</u>
Parcela de longo prazo	26.091	45.280

Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado desses passivos financeiros, os juros são pós- fixados e reconhecidos de maneira pró-rata.

A Companhia possui contratos de arrendamento financeiro com opção de compra no final do prazo contratual. A opção de compra é baseada no valor residual garantido que pode ser pago no início, no fim ou durante o prazo contratual. Há também a opção de renovação do contrato de arrendamento pelo prazo e condições que as partes ajustarem.

Os arrendamentos correntes da Companhia não possuem cláusulas restritivas.

14. DEBÊNTURES

Em 8 de abril de 2011 foi aprovada a emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10,00, emitidas em 18 de abril de 2011. As debêntures têm vencimento em 18 de abril de 2016 e remuneração de 112,5% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas sendo o primeiro vencimento em 18 de abril de 2014. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$2.358 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo de debêntures é de R\$6.598 no passivo circulante e de R\$270.000 no passivo não circulante (R\$6.126 e R\$268.428 líquidos dos custos de transação respectivamente).

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3 (três); e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida que deverá ser igual ou superior a 2 (dois).

No fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 todos os índices estão sendo cumpridos.

15. PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. e seus administradores durante o período.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração gerando uma despesa de R\$60 no exercício (R\$295 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

b) Remuneração da administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Salários e encargos - Diretoria	4.481	3.981
Honorários do Conselho de Administração	1.301	808
Participação nos lucros	524	1.859
Pagamentos com base em ações	<u>1.122</u>	<u>354</u>
Total	<u>7.428</u>	<u>7.002</u>

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Participação dos empregados nos lucros

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social da Companhia.

O valor de participação de resultados distribuído é de 25% do Valor econômico agregado - EVA que é calculado com base no lucro operacional deduzido ou adicionado aos resultados não recorrentes, deduzido dos impostos, e da remuneração do capital próprio. A métrica para este cálculo está aprovada pela administração da Companhia.

O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor registrado no passivo circulante e no resultado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$7.917 (em dezembro de 2010 - R\$17.504).

b) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela assembleia geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Esses planos são administrados pela companhia e a aprovação das outorgas é sancionada pelo conselho de administração.

Descrição dos planos

Plano 2002

Este plano foi aprovado pela assembleia geral extraordinária de 1º de agosto de 2002, tendo sido outorgado na mesma data e exercido em 31 de agosto de 2002, e consiste em um mecanismo de compra de ações ordinárias da empresa.

Foram adquiridas 612.157 mil ações da então Mills Andaimos Tubulares do Brasil S.A (MAT), antiga holding do grupo e incorporada pela Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A (ME), em 30 de Janeiro de 2009, equivalentes em 31 de dezembro de 2009 a 3.920 ações da ME, pelo preço ("*strike price*") de R\$2,2632 o milhar de ações. O valor correspondente já foi 100% integralizado e o lock up de 3 anos de prestação de serviço já foi cumprido.

Planos Especiais Top Mills e Plano Especial CEO

Tais planos foram aprovados pelo conselho de administração, em 27 de novembro de 2007, e ratificados em assembleia geral extraordinária realizada em 28 de maio de 2008. Entre 1º de janeiro de 2008 e 1º de janeiro de 2009 foram outorgadas, ao todo, 140.825 mil opções de compras de ações da antiga empresa MAT, correspondendo, em 31 de dezembro de 2009, a 901 mil opções da ME.

Essas opções serão convertidas em ações, pelo preço de R\$12,0294 por milhar, corrigido pelo IPCA entre janeiro de 2008 e a data do seu exercício.

Em contrapartida, os beneficiários ficam obrigados a prestar serviços para a Companhia pelo prazo de 3 anos após a data da oferta pública.

O plano especial Top Mills entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008 e será extinto até 10 de julho de 2015, ou a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.

O plano especial CEO entrou em vigor em 1º de novembro de 2008 e será extinto até 10 de julho de 2012 ou a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.

Plano Ex-CEO

Neste plano foram outorgadas 24.000 mil opções também da antiga MAT em 1º de maio de 2008, correspondendo em 31 de dezembro de 2009 a 154 mil opções da ME. Este plano é igual ao plano Top Mills e Especial CEO anteriormente descrito, inclusive no preço de exercício, exceto pelo fato de não existir um "*lock up period*". O plano já foi exercido e capitalizado em 12 de março de 2010 o correspondente a 154 mil ações.

Plano executivos Mills Rental

O plano foi outorgado em 29 de dezembro de 2008, também com opções da antiga MAT, para os principais executivos da divisão Rental, que iniciou suas atividades em Janeiro de 2008. O exercício das opções está condicionado ao atingimento de metas de EBITDA.

Na primeira etapa do plano foram distribuídas opções equivalentes a US\$387 mil (trezentos e oitenta e sete mil), condicionadas ao atingimento de um EBITDA pela divisão de R\$11 milhões. Na segunda etapa foram distribuídas opções equivalentes a US\$1.162 (um milhão, cento e sessenta e dois mil dólares) condicionadas ao atingimento de um EBITDA pela divisão de R\$22 milhões. A quantidade de opções correspondentes a estes valores foi obtida convertendo-se os valores acima para reais pela taxa do dia de encerramento do exercício onde a meta foi atingida, e dividindo-se o valor em reais pelo valor por ação correspondente a valorização da Mills de 6,6 vezes o EBITDA, menos dívida líquida do mesmo exercício, no qual a meta foi atingida. A esta quantidade é acrescida uma pequena quantidade para fazer o "*gross up*", correspondente à alíquota de IR fonte de 15%.

O preço de exercício destas opções é de R\$3,95 por milhar, atualizado pelo IPCA desde janeiro de 2007, até a data do exercício. Na ocasião da outorga do plano, estava previsto o atingimento da primeira meta em 31 de dezembro de 2008 e para 31 de dezembro de 2009 a segunda meta, resultando na outorga de 137.031 mil opções da antiga MAT, correspondendo em 31 de dezembro de 2009 a 438 mil opções da ME. A primeira meta foi atingida, de fato, em 31 de dezembro de 2008, tendo resultado na emissão e aquisição de 199.853 ações da ME, mediante aumento de capital, na AGE de 1º de outubro de 2009, no valor de R\$134 mil. A segunda meta foi atingida e as opções foram exercidas.

O Plano especial Mills divisão Rental entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008 e será extinto em 31 de dezembro de 2013, ou a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.

Plano de opções de compras de ações 2010

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de fevereiro de 2010, foi aprovado o Plano de Opção de compra de ações de emissão da Companhia. Poderão ser eleitos como beneficiários administradores e empregados em posição de comando da Companhia ou de sociedades sob controle da Companhia. O plano é administrado pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições para o exercício da opção, bem como restrições à transferência de ações adquiridas com o exercício das opções. As opções de compras de ações, outorgadas no âmbito do plano, poderão conferir direitos de aquisição de até 5% das ações do nosso capital social. Adicionalmente, o plano tem como meta opções de compra de ações, em número que não exceda, em cada ano, a 1% das ações do capital social, na data de aprovação do plano.

O preço das ações ordinárias a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício das opções, será fixado pelo Conselho de Administração, com base na média da cotação das ações na BM&F BOVESPA, ponderada pelo volume de negociação havido no mês, ou nos dois meses anteriores a outorga, corrigido pela inflação de acordo com o IPCA, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação, pagos pela Companhia, a partir da data da outorga. Excepcionalmente, na primeira outorga, o preço de exercício das opções será baseado no valor de lançamento, das ações no âmbito da oferta, corrigido pela inflação, de acordo com o IPCA, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação, pagos, a partir da data da outorga. As opções outorgadas nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 1.432 mil opções de ações em 31 de maio de 2010.

As opções de compras vigorarão pelo prazo de seis anos completos, a contar da data de celebração do contrato em 31 de maio de 2010, isto é, até a data de 31 de maio de 2016.

Em 5 de julho 2010 realizou-se a segunda outorga de opções de ações com preço de exercício da primeira distribuição pública de suas ações, isto é R\$11,50 corrigido monetariamente de acordo com a variação do IPCA, a partir de 5 de julho de 2010 até a data de exercício da Opção de Compra, (iii) deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação pagos pela Companhia a partir da data da outorga. As opções de ações da segunda outorga nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 43 mil opções de ações.

As opções de compra vigorarão pelo prazo de seis anos completos a contar de 5 de julho, isto é até 5 de julho de 2016.

Plano de opções de compras de ações 2011

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2011, foi aprovado o Plano de Opção de compra de ações 2011 de emissão da Companhia. Poderão ser eleitos como beneficiários administradores e empregados em posição de comando da Companhia ou de sociedades sob controle da Companhia. O plano é administrado pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições para o exercício da opção, bem como restrições à transferência de ações adquiridas com o exercício das opções. As opções de compras de ações, outorgadas no âmbito do plano, poderão conferir direitos de aquisição de até 5% das ações do nosso capital social. Adicionalmente, o plano tem como meta opções de compra de ações, em número que não exceda, em cada ano, a 1% das ações do capital social, na data de aprovação do plano.

O preço das ações ordinárias a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício das opções, fixado pelo Conselho de Administração, quando da instituição do programa, é igual ao preço médio das ações adquiridas conforme nota de corretagem corrigido monetariamente de acordo com o IPCA, a partir da data de celebração do Contrato de Opção até a data de exercício da Opção, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação pagos pela Companhia a partir da data da outorga.

As opções outorgadas nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 1.184 mil opções de ações em 16 de abril de 2011.

As opções de compras vigorarão pelo prazo de seis anos completos, a contar da data de celebração do contrato em 16 de abril de 2011.

Precificação e contabilização dos planos

Para precificação do custo das parcelas dos planos referentes à sua componente de patrimônio foram determinadas as volatilidades aplicáveis a cada um, as taxas livres de risco e os "*stock prices*", com base em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos dívida líquida no período de cada plano e usamos o modelo de *Black-Sholes* para cálculo dos valores justos.

Com relação ao plano 2002, como se trata de simples mecanismo de compra de ações ordinárias, as opções, já exercidas, estão integralmente consideradas como instrumentos patrimoniais e registrados na conta de reserva de capital, dentro do patrimônio líquido.

Para os demais planos concedidos até 2009 a Companhia classificou os planos como instrumentos compostos uma vez que os mesmos incluem um componente de dívida (direito/possibilidade de receber o pagamento em dinheiro na não ocorrência da oferta pública) e um componente de capital (direito/possibilidade de receber o pagamento em instrumento de patrimônio em ocorrendo a oferta pública) no qual a escolha de liquidação está fora do controle da Companhia e do beneficiário. Para precificação do valor justo da parcela de dívida foi considerado o quanto a Companhia desembolsaria, a valor presente, conforme o múltiplo de EBITDA, descrito acima, ponderado pela probabilidade de ocorrência do evento de oferta pública de ações, sendo o valor resultante contabilizado no passivo exigível de longo prazo. A oferta pública ocorreu em 14 de abril de 2010, portanto não existe parcela de dívida a partir dessa data.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio. O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o ano de 2010, foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, de R\$3,86 (1ª outorga) e 5,49 (2ª outorga) por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$11,95 (1ª outorga) e 14,10 (2ª outorga) na data da concessão, preço do exercício de R\$11,50 (1ª e 2ª outorgas) volatilidade de 31% mensurada pelo histórico do EBTIDA da companhia, rendimento de dividendos de 1,52% (1ª outorga) e 1,28% (2ª outorga), uma vida esperada da opção correspondente a quatro anos e uma taxa de juros anual sem risco de 6,60% e 6,37% respectivamente.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o ano de 2011, foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, de R\$6,57 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$21,08 na data da concessão, preço do exercício de R\$19,28 volatilidade de 35,79% mensurada pelo histórico do comportamento do valor da ação da companhia, rendimento de dividendos de 1,73%, uma vida esperada da opção correspondente a quatro anos e uma taxa de juros anual sem risco de 6,53%.

A parcela de patrimônio é precificada apenas no momento da outorga e não sofre remensurações de valor justo a cada data de balanço. As parcelas de patrimônio e de dívida são apropriadas plano a plano, considerando seus respectivos períodos de "lock up" (período em que ações ficam bloqueadas para negociação), com base na melhor estimativa da administração quanto à data final dos mesmos.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos em cada exercício nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados dos exercícios.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Plano 2002</u>		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de ações (milhares)	3.920	3.920
<u>Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO</u>		
Reserva de capital	1.021	766
Número de opções a exercer (milhares)	143	190
Número de ações (milhares)	912	865
<u>Plano executivos Mills Rental</u>		
Reserva de capital	3.959	3.865
Número de opções a exercer (milhares)	-	65
Número de ações (milhares)	391	372
<u>Plano 2010</u>		
Reserva de capital	2.236	821
Número de opções a exercer (milhares)	1.281	1.475
Número de ações (milhares)	194	
<u>Plano 2011</u>		
Reserva de capital	1.360	-
Número de opções a exercer (milhares)	1.184	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	10.022	6.898
Efeito anual no resultado	(3.124)	(586)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	130.127	141.830
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(44.243)	(48.222)
Provisões indedutíveis* - diferenças permanentes	(1.771)	(817)
Juros sobre capital próprio - Declarado	8.296	8.636
Outros	<u>(232)</u>	<u>1.856</u>
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(37.950)	(38.547)
Alíquota efetiva	29%	27%
Imposto de renda corrente	(35.865)	(36.565)
Imposto de renda diferido	(2.085)	(1.982)

* As provisões indedutíveis estão compostas por despesas de *stock options*, brindes e perdão de dívida.

b) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

O Imposto diferido reconhecido em outros resultados abrangentes é resultante de provisão de ganhos/perdas de instrumentos de hedge em hedge de fluxo de caixa transferidos para os valores contábeis iniciais dos itens sujeitos a hedge. Total do imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado abrangente em dezembro de 2011 é de R\$1.083

c) Composição do imposto de renda e contribuição social diferido

A composição dos valores relativos ao imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

<u>Natureza</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ágio Itapoã (*)	2.202	3.849
Ágio Jahu (*)	(8.633)	(5.755)
Ágio GP Sul (*)	(56)	-
Ajuste valor presente	160	212
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	4.370	1.241
Arrendamento financeiro	3.351	3.424
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e participação nos lucros	5.457	4.319

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Natureza</u>		
Receita de atualização de depósitos judiciais	(762)	(756)
Derivativos <i>swap</i>	(1.083)	1.523
Debêntures - Custo de captação	(695)	-
Outras provisões	<u>577</u>	<u>-</u>
Total imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos.	<u>4.888</u>	<u>8.057</u>

(*) Os créditos e débitos fiscais de IR e CSLL, são compostos pelo benefício das reorganizações societárias, envolvendo as incorporações da Itapoã, da Jahu e da GP Sul, relativo à diferença temporária pela não amortização contábil do ágio gerado nas aquisições. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo do IR e CSLL diferidos relativo ao ágio gerado na aquisição da Jahu foram apresentados no passivo tendo em vista que a Administração reavaliou a sua realização e concluiu que esta se dará em períodos diferentes dos valores do ativo.

Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para realização</u>
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Realização no prazo da depreciação linear dos bens
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Outras provisões	Pelo pagamento
Ágio da Itapoã	Pela amortização fiscal
Ágio da Jahu/Ágio GP Sul	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Atualização de depósitos judiciais	Pelo levantamento do depósito
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Derivativos	Pela depreciação

d) A movimentação do IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Ágio <u>Itapoã</u>	Ajuste a valor <u>presente</u>	Outras <u>provisões</u>	<i>Impairment</i> do contas <u>a receber</u>	Arrendamento <u>financeiro</u>	Provisões para riscos fiscais, cíveis <u>e trabalhistas</u>	Derivativos <u>swap</u>	GP AndAIMES <u>Sul Locadora</u>	Ágio <u>Jahu</u>	Atualização de depósitos <u>judiciais</u>	<u>Debêntures</u>
Em 31 de dezembro de 2010	3.849	212		1.241	3.424	4.319	1.523	-	(5.755)	(756)	
Adições	-	-	577	3.129	-	1.138	-	(56)	(2.878)	-	(695)
Baixas	(1.647)	(52)	-	-	(73)	-	(2.606)	-	-	(6)	-
Em 31 de dezembro de 2011	<u>2.202</u>	<u>160</u>	<u>577</u>	<u>4.370</u>	<u>3.351</u>	<u>5.457</u>	<u>(1.083)</u>	<u>(56)</u>	<u>(8.633)</u>	<u>(762)</u>	<u>(695)</u>

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos para 31 de dezembro de 2011:

	IR e CSLL diferidos ativos	IR e CSLL diferidos passivos
2012	4.169	(377)
2013	3.236	(377)
2014	2.327	(377)
2015	2.327	(376)
2016	2.338	(276)
A partir de 2017	<u>1.720</u>	<u>(9.446)</u>
Total	<u>16.117</u>	<u>(11.229)</u>

Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008 a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT, que em 2010, passou a ser obrigatório.

18. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, relacionados a provisões:

		<u>2011</u>	<u>2010</u>
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	(i)	233	209
Reclamações trabalhistas	(ii)	1.396	1.672
IRPJ/CSLL - Jahu	(iii)	5.289	4.975
Responsabilidade cível	(iv)	440	430
ISS sobre locação	(v)	187	-
Fator Acidentário Previdenciário - FAP	(vi)	2.582	2.112
SAT – Diferencial de Alíquota	(vii)	713	561
IRPJ/Cofins/Pis	(viii)	898	263
Outros		<u>1.096</u>	<u>917</u>
		<u>12.834</u>	<u>11.139</u>

a.1) Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	Movimentação das contingências									
	<u>INSS</u>	<u>Reclamações trabalhistas</u>	<u>IRPJ/ CSLL Jahu</u>	<u>ISS sobre locação</u>	<u>Responsabilidade civil</u>	<u>FAP</u>	<u>SAT</u>	<u>IRPJ/ Cofins/Pis</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em de 31 de dezembro de 2010	209	1.672	4.975	-	430	2.112	561	263	917	11.139
Adições	-	251	-	187	306	233	131	606	244	1.958
Atualizações monetárias	24	-	314	-	-	237	53	59	8	695
Utilizações	-	(527)	-	-	(296)	-	(32)	(30)	(73)	(958)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>233</u>	<u>1.396</u>	<u>5.289</u>	<u>187</u>	<u>440</u>	<u>2.582</u>	<u>713</u>	<u>898</u>	<u>1.096</u>	<u>12.834</u>

b) Composição dos depósitos judiciais

		<u>2011</u>	<u>2010</u>
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	(i)	674	674
Reclamações trabalhistas	(ii)	1.413	1.109
ISS sobre locação	(v)	4.429	4.429
Outros		<u>1.150</u>	<u>1.116</u>
		<u>7.666</u>	<u>7.328</u>

c) Natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e, está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

Os principais riscos tributários, cíveis e trabalhistas em discussão podem ser resumidos como segue:

(i) Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Em 2001 e 2005, a sociedade sofreu autuações referentes ao recolhimento de valores supostamente não recolhidos a títulos de contribuições previdenciárias, e com base na posição de seus consultores jurídicos externos a administração manteve uma provisão de R\$233 em 31 de dezembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$209).

Adicionalmente, tendo em vista a mudança de prognóstico motivada pela sentença de 1º grau publicada em 30 de novembro de 2009, a Companhia em relação à discussão envolvendo o arbitramento de parte da NFLD n 35.102.800-5 cujo objeto é o débito devido a título da contribuição adicional ao SAT destinada ao financiamento da aposentadoria especial, decidiu incluir este débito no parcelamento especial - Lei nº 11.941/2009.

(ii) Reclamações trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. As chances de sucesso são consideradas favoráveis na maioria dos processos e, baseada na posição dos consultores jurídicos externos das sociedades, é mantida uma provisão somente para aqueles julgados como de perda provável.

(iii) IRPJ/CSLL Jahu

A antiga Jahu (anteriormente à incorporação pela Mills) foi autuada por indedutibilidade de despesas com prestadores de serviço, além de imposto de renda na fonte sobre os valores pagos aos mesmos. Os valores que compõem o referido auto no montante de R\$5.289 atualizado em 31 de dezembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$4.975) foram provisionados, pois a chance de perda é considerada provável.

(iv) Processos de responsabilidade cível

A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações. Amparada por seus consultores jurídicos externos, a administração constituiu em 31 de dezembro de 2011 uma provisão de R\$440 (31 de dezembro de 2010 - R\$430) para as perdas consideradas prováveis.

(v) ISS sobre locação

Em outubro de 2001 a Companhia ingressou com ações nos diversos municípios em que atua, visando recuperar o ISS recolhido desde 1991 sobre locação de bens móveis. As ações encontram-se em curso, no aguardo de decisão judicial. Após a edição da Lei Complementar nº 116/2003, a partir de agosto de 2003, a Mills interrompeu o recolhimento de ISS sobre locação de bens móveis, continuando a tributar a cessão de andaimes e outras estruturas de uso temporário.

Já a antiga Jahu ingressou com ações questionando a incidência do ISS na locação de bens móveis, e efetuava depósitos judiciais, mesmo após a Lei nº 116/2003. A Companhia registrou provisão para perda no montante de R\$187 tendo em vista que a probabilidade de êxito foi considerada remota para o município de Niterói. Para os demais municípios não existem provisões para este depósito, em virtude da probabilidade de êxito ser possível.

(vi) FAP – Fator acidentário de prevenção

Após a divulgação do índice do FAP, multiplicador da contribuição para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (“RAT”), aplicável ao exercício de 2010, a Companhia ingressou com contestação e recurso administrativos para questionar os critérios utilizados para sua determinação. Foi impetrado Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da parcela do RAT majorada pelo FAP em razão do recurso administrativo, tendo a Companhia optado pelo depósito judicial da competência janeiro/2010 (R\$168), já que a liminar somente foi concedida em março de 2010.

Em relação ao FAP divulgado para o exercício de 2011, a Companhia não ingressou com contestação administrativa e impetrou Mandado de Segurança questionando a legalidade e constitucionalidade da majoração do RAT pelo FAP. A liminar foi concedida para afastar a aplicação do FAP, contudo, a União Federal, em sede de recurso, conseguiu suspender os efeitos da liminar. Referido recurso encontra-se pendente de julgamento.

Os valores não recolhidos, até 31 de dezembro de 2011 correspondem a R\$2.582. (31 de dezembro de 2010 R\$2.112).

(vii) SAT – Diferencial de Alíquota

Ação ordinária visando suspender a exigibilidade do crédito tributário do INSS, em sede de tutela antecipada, e, ao final, assegurar o direito da Companhia ao recolhimento para o SAT (Seguro de Acidentes de Trabalho) em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, relativa à atividade preponderante em sua sede administrativa (Mills Barra), autorizando a compensação do montante indevidamente recolhido.

A Companhia recolhe o SAT à alíquota de 1% (risco leve) e deposita judicialmente, reconhecendo provisão para contingência o diferencial de alíquota de 2%.

Os valores provisionados em 2011 somam R\$713 (31 de dezembro de 2010 – R\$561).

(viii) IRPJ/Cofins/Pis

Os débitos referem-se a procedimentos administrativos de cobrança da Cofins devida nas competências de janeiro a abril de 2004 e do IRPJ e PIS da competência de 1985.

A Companhia registrou provisão para perda no montante de R\$898 (31 de dezembro de 2010 - 263) tendo em vista que a probabilidade de êxito foi considerada remota pelos consultores jurídicos externos.

d) Ativos contingentes

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

e) Causas classificadas como perdas possíveis

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Causas Possíveis		<u>2011</u>	<u>2010</u>
<i>Tributárias</i>	(i)	13.743	11.501
Trabalhistas	(ii)	9.004	12.649
Cível	(iii)	2.349	772
Outros	(iv)	<u>5.000</u>	<u>-</u>
		<u>30.096</u>	<u>24.922</u>

(e.1) Natureza das causas classificadas como perdas possíveis.

(i) Principais causas tributárias

(i.1) IRPJ/CSLL Jahu

A antiga Jahu (anteriormente à incorporação pela Mills) foi autuada por utilizar como dedutíveis despesas de depreciação calculadas à razão de 1/60, baseada em laudo técnico. Em decisão de primeira instância, o procedimento foi considerado adequado, no entanto, a causa ainda está pendente de julgamento em segunda instância. Os valores que compõem o referido auto, no montante de R\$3.965, atualizado em 31 de dezembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$3.938), não foram provisionados, pois a chance de perda é considerada possível.

(i.2) IRPJ Mills Indústria e Comércio Ltda.

Trata-se de execução fiscal referente a débitos de IRPJ da incorporada Mills Indústria e Comércio Ltda. O auto de infração refere-se ao IRPJ e CSLL dos anos-calendário de 1991 e 1992 e questionam basicamente uma possível omissão de receita de prestação de serviços, a suposta utilização indevida de despesas de correção monetária, a não adição ao lucro líquido de atualização monetária sobre reserva de reavaliação e suposta postergação de imposto no ano base de 1992. O referido auto foi impugnado e em decisão administrativa, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento reviu o lançamento, mantendo a exigência tão somente quanto à alegada postergação de imposto. No entanto, após o término da discussão administrativa e formalização da cobrança, tal decisão da DRJ não foi observada. Desta forma, a Mills está questionando judicialmente a autuação. Os valores que compõem a referida execução, atualizados em 31 de dezembro de 2011, somam R\$2.127 (31 de dezembro de 2010 - R\$2.087). Embora os valores não estejam provisionados tendo em vista que a perspectiva de perda é possível, há penhora de bens para a garantia do juízo da execução.

(i.3) CSLL Mills Formas (atual Mills Engenharia)

A antiga Mills Formas (atual Mills Engenharia) teve glosadas despesas computadas em razão de contratos firmados com diversos clientes para a prestação de serviços que seriam executados pelos funcionários da Mills do Brasil (empresa do grupo incorporada em 2007). O fisco entendeu que, em razão dos serviços serem executados pela Mills do Brasil e não pela Mills Formas, as despesas a eles referentes não seriam dedutíveis na apuração da base de cálculo da CSLL da Mills Formas. Os valores que compõem a referida execução, atualizados em 31 de dezembro de 2011, somam R\$1.848 (31 de dezembro de 2010 - R\$1.832). Embora os valores não estejam provisionados tendo em vista que a perspectiva de perda é possível, foi oferecida carta fiança para a garantia do juízo da execução.

(i.4) ICMS

O valor refere-se a Execuções Fiscais ajuizadas para exigir suposto crédito tributário com fundamento na falta de recolhimento de ICMS sobre diferencial de alíquota nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Compõe-se igualmente pela exigência de pagamento de ICMS sobre transferência de ativo imobilizado. Os valores que compõem as referidas execuções, atualizados em 31 de dezembro de 2011, somam R\$2.482 (31 de dezembro de 2010 - R\$412). A variação ocorreu em virtude de impossibilidade de fixar estimativa de valor de algumas causas em 2010.

(i.5) ISS

Entendeu a fiscalização do ISS do Município da RJ, em procedimento administrativo, que o recolhimento do tributo devido pela Mills não observou o regime de competência mensal. Os valores que compõem o referido procedimento, atualizados em 31 de dezembro de 2011, somam R\$1.524 (31 de dezembro de 2010 - R\$1.388).

(i.6) Outros valores

A Companhia é ré em outras execuções fiscais referentes a IPRJ, PIS, INSS e ISS, cuja perspectiva de êxito é possível. Tais execuções em 2011 somam R\$1.797 (31 de dezembro 2010 - R\$1.844).

(ii) Causas trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. As chances de sucesso são consideradas favoráveis na maioria dos processos e, baseada na posição dos consultores jurídicos externos das sociedades, os valores que compõem as causas com perspectiva de êxito possível, atualizados em 31 de dezembro de 2011, somam R\$9.004 (31 de dezembro de 2010 - R\$12.649).

(iii) Causas cíveis

A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade civil e indenizações cujas perspectivas de êxito são consideradas possíveis. Em 31 de dezembro de 2011, o montante destas causas era de R\$2.349 (31 de dezembro de 2010 - R\$772).

(iv) Outros

Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar crime de homicídio culposo na direção de veículo, do qual foi vítima fatal funcionário da Mills, e que se encontrava no interior de um táxi cujo motorista presta serviços à empresa. O nosso consultor considera como possível a hipótese de o motorista ser processado criminalmente por homicídio doloso. Caso o mesmo seja denunciado e condenado por este crime, este fato terá, segundo o consultor, impacto na ação trabalhista intentada pela viúva da vítima no valor de R\$5.000.

19. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (Refis)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- (a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses.
- (b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora.
- (c) Foram parcelados débitos de:
 - (i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004).
 - (ii) IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004).
 - (iii) CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004).
 - (iv) INSS- Contribuição adicional ao SAT

Os valores relativos a Pis/Cofins, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente à locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal que não considera locação de bens móveis como prestação de serviço.

Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1ª Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos.

A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011.

Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011.

- (d) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a companhia, decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos.

- (e) Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativo a Pis e Cofins considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo.

	Valores parcelados	Movimentação	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Movimentação em 2011		Saldo em 31 de dezembro de 2011
				Baixas	Atualizações - SELIC	
PIS	1.923	(198)	1.725	(81)	212	1.856
COFINS	7.681	(1.880)	5.801	(765)	652	5.688
IRPJ	1.958	191	2.149	(104)	263	2.308
CSLL	232	23	255	(129)	26	152
INSS	-	828	828	(37)	77	868
	11.794	(1.036)	<u>10.758</u>	(1.116)	1.230	<u>10.872</u>
Circulante			717			353
Não circulante			<u>10.041</u>			<u>10.519</u>

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2011 é representado pelo valor de R\$527.587 (31 de dezembro de 2010 - R\$525.123) dividido em 125.657 mil (31 de dezembro de 2010 - 125.495 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Conforme estatuto social, fica facultado ao conselho de Administração aumentar o capital social até o limite de 200.000 mil ações.

(a.1) Emissão de ações

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho e 24 de outubro de 2011, foi aprovada a emissão de 128.287 e 65.642 ações totalizando um aumento no capital social no montante de R\$1.549 e R\$790 respectivamente, em razão do exercício por beneficiários de opções de compra de ações outorgadas conforme o Programa de Outorga de Opções 2010. As ações emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelos respectivos beneficiários.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de setembro de 2011, foi aprovada a emissão de 66.626 ações totalizando um aumento no capital social no montante de R\$125, em razão do exercício por beneficiários de opções de compra de ações outorgadas conforme planos Especial Top Mills e Especial Mills Rental.

(a.2) Ações em tesouraria

A Companhia recomprou 99.140 ações preferenciais de sua própria emissão, adquiridas de acionista que exerceu seu direito de recesso, para cancelamento. O valor total pago na aquisição das ações, líquido de imposto de renda e contribuição social, foi de R\$535, tendo sido deduzido da reserva de capital no patrimônio líquido. Em 23 de setembro de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o cancelamento da totalidade das ações, conforme alínea (o) do Estatuto Social da Companhia.

Em virtude de tais eventos, o capital social da Companhia passa a ser de R\$527.587 representado por 125.657 mil ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

Acionistas	2011		2010	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Nacht Participações S.A. (*)	27.422	21,82 %	48.983	39,03%
Jeroboam Investments LLC.(*)	19.233	15,31 %	-	-
Capital Group International Inc.	7.032	5,60 %	7.032	5,60%
FMR LLC	6.587	5,24 %	6.587	5,25%
Outros	<u>65.383</u>	<u>52,03 %</u>	<u>62.893</u>	<u>50,12%</u>
	<u>125.657</u>	<u>100,00 %</u>	<u>125.495</u>	<u>100,00%</u>

(*) A Nacht Participações S.A. - Nacht, (acionista majoritário e controlador) reduziu seu capital social, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de fevereiro de 2011. Após capitalização de parcela dos lucros acumulados e da reserva legal, houve a redução do capital social da Nacht. Como consequência da redução de capital, a participação da Nacht no capital social votante e total da Mills foi reduzida em 17,2%, passando de 39,0% para 21,83% e os acionistas Jeroboam Investments LLC (Jeroboam), Andres Cristian Nacht (Cristian Nacht) e Jytte Kjellerup Nacht passaram a deter uma participação direta de 15,3%, 1,4% e 0,5% da Mills, respectivamente.

b) Reservas de Lucros

(b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b.2) Reserva de Expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

(b.3) Reserva especial

A reserva especial refere-se ao benefício fiscal gerado pela reorganização societária ocorrida em 2009.

c) Outras reservas

(c.1) Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$15.068 líquido dos impostos, referente a distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$10.022, referente aos planos de *stock options* para os empregados e o valor do custo das ações canceladas no montante de R\$535, totalizando R\$5.581 como reserva de capital em 31 de dezembro de 2011 (em 31 de dezembro 2010 - R\$6.898).

d) Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da companhia, a ser deliberado na Assembleia geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Ajuste de avaliação patrimonial- *hedge* de fluxo de caixa

A reserva para *hedge* de fluxo de caixa contém a parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço no valor de R\$2.102 líquido de impostos. Até junho de 2010 o ganho ou perda dessas operações eram reconhecidas no resultado, porque a companhia ainda não havia preparado a documentação necessária para o "*Hedge Accounting*".

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$92.177. De acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação da AGO, o saldo do lucro do exercício, adicionado a realização da reserva especial de ágio no valor de R\$1.520 foram destinados da seguinte forma: (i) constituição da reserva legal no montante de R\$4.609 (ii) retenção de lucros montante de R\$63.741 e (iii) dividendo mínimo obrigatório de R\$25.347 sobre o qual serão imputados os Juros Sobre Capital Próprio declarados no exercício de 2011 no valor de R\$20.946 líquido do imposto de renda retido na fonte no montante de R\$3.454.

21. DIVIDENDOS PROPOSTOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei das Sociedades por Ações. A Companhia pode efetuar outras distribuições, na medida em que existirem lucros e reservas disponíveis. Todas as distribuições acima mencionadas poderão ser realizadas sob a forma de dividendos ou como juros sobre capital próprio, dedutíveis do imposto de renda.

A companhia creditou aos seus acionistas em 28 de setembro e 21 de dezembro de 2011, como parte do dividendo mínimo obrigatório, juros sobre capital próprio no valor de R\$22.000 e R\$2.400 respectivamente (R\$18.879 e R\$2.066 líquidos de imposto de renda retido na fonte no valor de R\$3.121 e R\$334, correspondendo a R\$0,15 e R\$0,01 por ação respectivamente).

Segundo o art. 9º da Lei nº 9.249/1995, a pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualmente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O valor creditado pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio encontra-se dentro do limite legal de dedutibilidade.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, e está assim demonstrada:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	92.177	103.283
Constituição da reserva legal -5%	<u>(4.609)</u>	<u>(5.164)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>87.568</u>	<u>98.119</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (líquido dos impostos)	<u>21.892</u>	<u>24.530</u>
Juros sobre capital próprio propostos para pagamento no exercício seguinte	24.400	25.400
Imposto de renda retido na fonte - 14% (*)	<u>(3.455)</u>	<u>(3.582)</u>
Juros sobre capital próprio líquido propostos para pagamento no exercício seguinte	20.945	21.818
Dividendos propostos para pagamento no exercício seguinte	<u>947</u>	<u>2.712</u>
Total dividendos líquidos propostos para pagamento	21.892	24.530
Total dividendos brutos de IR propostos para pagamento	<u>25.346</u>	<u>28.112</u>
Percentagem dividendos bruto de IR do exercício sobre o lucro líquido do exercício	28,95%	28,65%

(*) Alíquota de 15%, descontando o IRRF dos acionistas isentos.

O valor registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2011 é de R\$21.892 (em dezembro de 2010 - R\$24.530)

22. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	<u>92.177</u>	<u>103.283</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>125.565</u>	<u>125.495</u>
Lucro básico por ação	<u>0,73</u>	<u>0,82</u>

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro		
Lucro líquido usado para determinar o lucro diluído por ação	<u>92.177</u>	<u>103.283</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	125.565	125.495
Ajustes de:		
Opções de compra de ações (milhares)	<u>2.608</u>	<u>1.729</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para lucro diluído por ação (milhares)	<u>128.173</u>	<u>127.224</u>
Lucro diluído por ação	0,72	0,81

23. RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Locação	526.861	394.034
Vendas	44.924	44.530
Assistência técnica	182.254	173.074
Indenizações e recuperação	31.256	21.362
Impostos sobre vendas e serviços	(64.856)	(54.662)
Cancelamentos e descontos	<u>(42.847)</u>	<u>(28.454)</u>
	<u>677.592</u>	<u>549.884</u>

24. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal para montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando esta montagem é feita pela própria Mills, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

	31/12/2011			31/12/2010		
<u>Natureza</u>	<u>Custos direto obras e locação</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Custos direto obras e locação</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal	(162.328)	(89.924)	(252.253)	(122.256)	(79.961)	(202.217)
Terceiros	(6.973)	(17.415)	(24.388)	(5.090)	(14.977)	(20.067)
Frete	(13.399)	(605)	(14.003)	(12.350)	(367)	(12.717)
Material construção/ manutenção e reparo	(35.246)	(4.094)	(39.341)	(24.346)	(6.150)	(30.496)
Aluguel de equipamentos e outros	(9.984)	(9.458)	(19.442)	(11.262)	(5.399)	(16.661)
Viagem	(8.598)	(11.427)	(20.025)	(6.188)	(8.518)	(14.706)
Depreciação	(73.033)	(2.476)	(75.509)	(44.898)	(1.717)	(46.615)
Amortização de intangível	-	(679)	(679)	-	(445)	(445)
Baixa de ativos	(4.559)	-	(4.559)	(4.031)	-	(4.031)
Provisão para devedores-PDD	-	(11.353)	(11.353)	-	(1.504)	(1.504)
Plano de ações	-	(3.124)	(3.124)	-	(586)	(586)
Atualização provisões	-	(1.695)	(1.695)	-	2.609	2.609
Part. resultado	-	(7.917)	(7.917)	-	(17.504)	(17.504)
Outros	<u>(26.302)</u>	<u>(15.034)</u>	<u>(41.336)</u>	<u>(24.377)</u>	<u>(13.104)</u>	<u>(37.481)</u>
	<u>(340.422)</u>	<u>(175.202)</u>	<u>(515.624)</u>	<u>(254.798)</u>	<u>(147.623)</u>	<u>(402.421)</u>

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) Receitas financeiras

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita de dividendos	1.346	
Receitas de juros por recebimentos de faturas em atraso	1.137	815
Receitas de aplicação financeira	11.288	17.329
Descontos obtidos	200	454
Variação cambial e monetária ativa	730	69
Outras	<u>13</u>	<u>6</u>
	<u>14.714</u>	<u>18.673</u>

e) Despesas financeiras

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros de empréstimos	(7.311)	(10.693)
Variação monetária passiva	(1.467)	(1.097)
Juros de arrendamento financeiro	(8.796)	(9.841)
Juros - Debêntures	(24.453)	-
Tarifas bancárias	(2.770)	(613)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(371)	(477)
Resultado das operações de "swap", líquido	(37)	(514)
Ajuste valor presente	150	359
Outras	<u>(1.500)</u>	<u>(1.430)</u>
	<u>(46.555)</u>	<u>(24.306)</u>

26. RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22-Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois estes é que geram a receita da Companhia, lucro líquido e EBTIDA de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pelo Conselho de Administração contendo as seguintes divisões:

Divisão de construção

Fornecimento de soluções específica de engenharia e equipamentos, especificamente com relação a formas de concretagem e estruturas de escoramentos, destinados a construção de grandes estruturas, planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços correlatos.

Divisão Jahu

Fornecimento de formas e concretagem, escoramentos e andaimes no âmbito da prestação de serviços de soluções especiais de engenharia para construção civil, com ênfase no setor de construção residencial e comercial, fornecendo planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços relacionados.

Divisão de Serviços Industriais

Fornecimento de estruturas desenvolvidas para permitir o acesso de pessoal e materiais durante as fases de montagem de equipamentos e tubulações e para manutenção, preventiva e corretiva, em grandes plantas industriais, serviços de pintura industrial, tratamentos de superfície e isolamento térmico.

Divisão Rental

Fornecimento de equipamentos motorizados de acesso (plataformas de trabalho aéreas) e manipuladores telescópios para elevação de pessoas e transporte de cargas em alturas consideráveis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro e no EBITDA.

Nenhum cliente individualmente contribuiu com 10% ou mais para a receita da Companhia em 2011 e 2010.

.

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Jahu		Serviços Industriais		Rental		Outros		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Receita líquida	131.638	154.270	155.761	105.151	214.783	195.396	175.410	95.067	-	-	677.592	549.884
(-) Custos e despesas	(73.817)	(80.697)	(89.783)	(61.277)	(194.055)	(169.276)	(81.781)	(44.111)	-	-	(439.436)	(355.361)
(-) Depreciação	(20.932)	(16.824)	(16.499)	(6.847)	(10.529)	(7.832)	(28.228)	(15.557)	-	-	(76.188)	(47.060)
Lucro operacional	<u>36.891</u>	<u>56.749</u>	<u>49.479</u>	<u>37.027</u>	<u>10.198</u>	<u>18.288</u>	<u>65.400</u>	<u>35.399</u>	-	-	<u>161.968</u>	<u>147.463</u>
Receita financeira	3.932	6.574	3.106	4.203	2.180	3.410	4.150	4.486	1.346	-	14.714	18.673
Despesa financeira	(13.158)	(8.558)	(10.958)	(5.471)	(7.817)	(4.438)	(14.622)	(5.839)	-	-	(46.555)	(24.306)
Lucro antes do IRPJ/CSL	27.665	54.765	41.627	35.759	4.561	17.260	54.928	34.046	1.346	-	130.127	141.830
(-) IRPJ/CSL	<u>(7.599)</u>	<u>(14.883)</u>	<u>(13.439)</u>	<u>(9.718)</u>	<u>(1.357)</u>	<u>(4.691)</u>	<u>(15.555)</u>	<u>(9.255)</u>	-	-	<u>(37.950)</u>	<u>(38.547)</u>
Lucro líquido	<u>20.066</u>	<u>39.882</u>	<u>28.188</u>	<u>26.041</u>	<u>3.204</u>	<u>12.569</u>	<u>39.373</u>	<u>24.791</u>	<u>1.346</u>	-	<u>92.177</u>	<u>103.283</u>
EBITDA	<u>57.823</u>	<u>73.573</u>	<u>65.978</u>	<u>43.874</u>	<u>20.727</u>	<u>26.120</u>	<u>93.628</u>	<u>50.956</u>	-	-	<u>238.156</u>	<u>194.523</u>

(*) O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia observando as disposições do Ofício Circular CVM nº 01/2007, quando aplicável. O EBITDA é calculado a partir do lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de bens de uso e equipamentos de locação e da amortização do intangível. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou no, IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Informação não sujeita a revisão dos auditores independentes.

Ativo por segmento de negócio

	Construção		Jahu		Serviços industriais		Rental		Outros		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Imobilizado	193.138	166.106	287.499	125.396	79.900	70.555	312.348	189.117	-	-	872.886	551.174
Outros ativos	<u>59.768</u>	<u>108.799</u>	<u>102.602</u>	<u>107.249</u>	<u>92.955</u>	<u>79.247</u>	<u>73.001</u>	<u>77.624</u>	<u>87.392</u>	-	<u>415.717</u>	<u>372.919</u>
Ativo total	<u>252.906</u>	<u>274.905</u>	<u>390.101</u>	<u>232.645</u>	<u>172.855</u>	<u>149.802</u>	<u>385.349</u>	<u>266.741</u>	<u>87.392</u>	-	<u>1.288.603</u>	<u>924.093</u>

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1. Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Valor contábil	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	35.179	6.192
Contas a receber de clientes	141.750	125.917
Depósitos Judiciais	7.666	7.328
Ativos financeiros mensurados ao custo		
Participação societária - Rohr	87.392	-
Disponível para venda		
Títulos e valores mobiliários	-	136.146
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos a taxas pós - fixadas	57.023	59.679
Arrendamento financeiro	52.159	72.944
Debêntures	274.554	-
Notas promissórias	27.210	-
Contas a pagar a fornecedores	35.898	32.743
Passivos financeiros ao valor justo		
Derivativos	-	7.003
Ativos financeiros ao valor justo		
Derivativos	2.841	-
Instrumentos financeiros patrimoniais		
Planos de opções de ações	10.022	6.898

27.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011.

	Nível 1		Nível 2		Saldo total	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativos						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Títulos e valores mobiliários	<u>34.449</u>	<u>136.146</u>			<u>34.449</u>	<u>136.146</u>
Ativos financeiros- Derivativos usados para <i>hedge</i>			2.841		2.841	
Total do ativo	<u>34.449</u>	<u>136.146</u>	<u>2.841</u>	<u>-</u>	<u>37.290</u>	<u>136.146</u>
Passivos financeiros						
Debêntures			281.247		281.247	
Notas promissórias			27.209		27.209	
Derivativos usados para <i>hedge</i>				<u>7.003</u>		<u>7.003</u>
Total do passivo			308.456	7.003	308.456	7.003

(a) Valor justo dos títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

(b) Valor justo do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

(c) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

A administração da companhia julga que os empréstimos e financiamentos que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares ao valor de mercado.

Não foi calculado o valor justo dos empréstimos com o BNDES, pois essa modalidade de financiamento não possui cálculo de valor justo observável, em função do BNDES praticar taxas diferenciadas por empresas tomadoras de empréstimos.

Empréstimos e financiamentos

<u>Dívida</u>	<u>Indicador</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Valor contábil</u>	
		<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
BNDES	TJLP	22.611	17.408	22.134	17.771
Capital de giro	CDI	35.374	41.594	34.889	41.908
Leasing	CDI	52.612	72.517	52.159	72.944
Debêntures	CDI	281.247	-	276.598	-
Notas promissórias		27.209	-	27.209	-

(d) Valor justo de pagamentos baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

(e) Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é calculado pelo valor presente, por meio da utilização de taxas de mercado, que são auferidos nas datas de cada apuração.

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

27.3. Instrumentos financeiros Derivativos - hedge

(a) Política de Contratação de Derivativos

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que, a companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia.

Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado. Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da companhia, qualquer contrato ou assunção de obrigação cujo montante exceda R\$10.000 (dez milhões de reais) deve ser aprovado pelo conselho de Administração, salvo se previsto no Plano de Negócios. Para valores inferiores a R\$100 (cem mil reais), com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de *hedge*. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial.

As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

Por se tratarem de derivativos, o cálculo da posição mensal é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

(c) Os derivativos podem ser resumidos conforme tabela a seguir:

<u>Tipo</u>	Valor de referência (nacional) 31 de dezembro de 2011	Valor justo 31 de dezembro de 2011	Valores a receber/ a pagar 31 de dezembro de 2011
NDF			
Compra a termo de Dólar Taxas contratadas 1,64 a 1,94 (USD)	67.958	2.842	2.842
NDF			
Compra a termo de Euro Taxa contratada 2,44 (EURO)	206	(1)	(1)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>68.164</u>	<u>2.841</u>	<u>2.841</u>
<u>Tipo</u>	Valor de referência (nacional) 31 de dezembro de 2010	Valor justo 31 de dezembro de 2010	Valores a receber/a pagar 31 de dezembro de 2010
NDF			
Compra a termo de Dólar Taxas contratadas 1,70 a 1,94 (USD)	<u>134.712</u>	<u>(7.003)</u>	<u>(7.003)</u>
NDF			
Compra a termo de Euro Taxa contratada 2,22 (EURO)	<u>238</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>134.950</u>	<u>(7.003)</u>	<u>(7.003)</u>

(c) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado, na data-base do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Para os contratos com limitador ou duplo indexador foram considerados, adicionalmente, a opção embutida no contrato de swap.

(d) Metodologia de cálculo da efetividade dos hedges

As operações de *hedge (swap)* da Companhia são realizadas com o intuito de buscar proteção contra as oscilações da moeda estrangeira de suas importações de máquinas e equipamentos. Tais operações são classificadas como *hedge accounting*.

A companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "*Dollar offset*", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

Em 31 de dezembro de 2011, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente das operações de *hedge* da Companhia.

(e) Ganhos e perdas no período

Haja vista o fato de que a Companhia comprova a efetividade das operações de *hedge accounting (swap)* realizadas, as perdas e os ganhos verificadas nessas operações de derivativos são reconhecidas em contrapartida dos bens *hedgedados* (ativo imobilizado) como parte do custo inicial do bem no mesmo momento da contabilização do ativo. Em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$322 foi transferido do patrimônio líquido e deduzido no custo inicial dos equipamentos.

A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2011, o total dos ganhos não realizados com contratos futuros de moeda, reconhecido em "Outros resultados abrangentes", acumulado no Patrimônio Líquido dentro da rubrica Ajuste de avaliação patrimonial e relacionado a essas compras futuras previstas, era de R\$2.102 (perdas não realizados de R\$7.003 em 2010). A previsão é de que as compras ocorrerão no próximo exercício, quando o valor então diferido no patrimônio líquido será incluído no valor contábil dos equipamentos importados.

(f) Derivativos embutidos

Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Gerência Financeira em conjunto com a equipe jurídica, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos embutidos em aberto.

(g) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

28. SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, a Companhia contratou seguro contra riscos de responsabilidade civil, cuja cobertura, em 31 de dezembro de 2011, montava a R\$29.000 (31 de dezembro de 2010 R\$24.000).

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia declarou dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$21.892 líquido de Imposto de Renda.

Após aquisição da controlada GP Sul, a mesma foi incorporada sendo o valor do investimento alocado conforme divulgado na nota 1 (R\$2.755 mais valia do imobilizado e R\$1.977 Goodwill). Estes montantes não envolveram caixa.

Durante o exercício de 2011, a Companhia adquiriu a prazo R\$23.410 em equipamentos como atividade de investimento não envolvendo caixa, portanto esse investimento não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de janeiro de 2012, em Reunião do Conselho de Administração aprovou-se o aumento do capital social da Companhia através da emissão de 32.583 (trinta e duas mil, quinhentas e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$12,23 (doze reais e vinte e três centavos) por ação, totalizando o montante de R\$398 (trezentos e sessenta e oito mil,) em razão do exercício por beneficiários de opções de compra de ações outorgadas conforme o Programa de Outorga de Opções 2010.
